

Pesquisas pré-eleitorais em questão: teoria, técnica e ética e sua relação com o processo democrático

Lúcia Avelar

Universidade de Campinas – UNICAMP-SP

Introdução

Sob a denominação de “Pesquisas pré-eleitorais”, há uma grande diversidade de trabalhos que correspondem, na verdade, à atividades de vários profissionais que trabalham tanto no campo empresarial privado como no âmbito dos estudos acadêmicos. Estes trabalhos referem-se, no geral, às sondagens de opinião pública, ao acompanhamento das preferências do eleitorado nos períodos que antecedem às eleições, os estudos aprofundados relativos não só às opiniões mas, também, aos valores, às atitudes e comportamento político de um dado segmento da população. As abordagens e os enfoques são vários, compreendendo as mais distintas alternativas metodológicas e técnicas de análise.

Após uma breve discussão sobre a origem profissional e acadêmica destes trabalhos, este artigo pretende afirmar que muitos destes estudos também se encontram sob a denomina-

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 13	n.17 e 18	p.29-50	1995
-----------------------------	---------------	-------	-----------	---------	------

ção geral de “estudos de opinião pública”. Em seguida, faremos uma breve digressão sobre este objeto ou entidade denominada “opinião pública” e a sua relação com o processo democrático. Em um país marcado por enormes desigualdades sociais e, conseqüentemente, educacionais, tentaremos argumentar como as desconfianças que rondam estes trabalhos têm sua origem na dificuldade apresentada por significativa parcela da população brasileira de realizar avaliações de natureza cognitiva das condições de vida que lhes cercam e, em seguida, fazer a ligação destas condições com a política. Deste modo, um dos problemas ainda não suficientemente esclarecidos, refere-se ao grau em que os indivíduos menos escolarizados conseguem sustentar opiniões consistentes sobre as questões políticas fundamentais, o que acaba tendo conseqüências sobre o caráter de previsibilidade atribuído às sondagens. Por outro lado, outro ponto de polêmica recente, refere-se ao processo de aceleração da opinião pública, por referência à uma relativa segmentação de interesses da parcela mais educada da população. Tal como podemos observar em países mais desenvolvidos, e, entre nós, entre indivíduos de educação alta e com relativo acesso às novas tecnologias de comunicação, presenciamos a emergência de uma opinião pública ampliada através da qual uma pessoa pode se ver inserida nos acontecimentos mundiais quase no mesmo tempo de sua ocorrência. Quais as conseqüências deste processo para as sondagens de opinião pública? Antes de colocarmos algumas questões para este debate, façamos um breve retrospecto da origem destes estudos para entendermos como eles se constituíram, qual a formação profissional mínima requerida e as várias utilizações que deles são feitas.

Back-ground histórico, teórico e metodológico

A origem dos trabalhos que deram início às modernas investigações empíricas que tratam de produzir o conhecimento sobre os condicionantes sociais do voto e sobre o estágio atual da opinião pública em relação às suas preferências político-elei-

torais, remonta-se à década de 40. Paul Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Mc Phee, com estudos memoráveis realizados nos Estados Unidos, passaram a ser referência desde então: *The People's Choice e Voting* (1948), podem ser considerados os marcos iniciais destes trabalhos.

O contexto do aparecimento destes estudos remonta-se à época da Segunda Grande Guerra, – 1939/1945 –, quando os cientistas sociais tiveram a sua grande oportunidade para mostrar como as Ciências Sociais poderiam contribuir com conhecimentos úteis que dariam efetivas informações que serviriam como suporte para as ações governamentais voltadas ao esforço de se evitar uma terceira guerra. Enquanto os economistas estudavam as tendências da produção aconselhando uma política impositiva de preços, os sociólogos estudavam a moral dos soldados, na tentativa de modificar as atitudes e prováveis situações que limitavam a efetividade de suas operações. Assim também os psicólogos sociais foram requisitados para examinar a propaganda política difundida entre a população norte-americana, e os antropólogos cuidavam do conhecimento das diversas culturas envolvidas nos embates. O bom resultado destas investigações e as recomendações delas resultantes, serviram para aumentar a responsabilidade dos especialistas nestas disciplinas. Mas, sem sombra de dúvida, subiu o *status* do Cientista Social e, desde então, a pesquisa de opinião pública, as sondagens pré-eleitorais, foram vistas como poderosos instrumentos à disposição de políticos, candidatos, governos, profissionais da comunicação, etc. (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1948).

As recomendações resultantes deste grupo original podem ser resumidas em torno de três grandes diretrizes gerais:

- 1) A relação entre teoria e dados e o princípio fundamental que guia qualquer processo de pesquisa. A lógica subjacente é a de que as formulações teóricas constituem o marco de referencial para a produção dos dados empíricos. Assim como nenhuma ação social poderá fundar-se nas especulações abstratas sobre a sociedade, também é impossível fazer-se bom

uso de massas de dados desconexas. O requisito básico para o descobrimento de possíveis relações entre fenômenos, em qualquer ciência, e a integração apropriada das formulações teóricas com os conhecimentos empíricos. Mesmo nos estudos e sondagens de opinião pública, cujos objetivos são apenas os de descrição de certas características da população, elas tanto mais serão úteis quanto contiverem este princípio da referência conceitual e teórica como ponto de partida para o plano dos levantamentos de dados. Dados empíricos sem referências conceituais prévias, são como palavras lançadas ao ar: não apontam qualquer relação importante que esclareça o significado das realidades em estudo.

- 2) É fundamental também que sejam estabelecidas as interrelações entre as várias pesquisas existentes. A lógica subjacente a este princípio é a seguinte: a complexidade da vida social exige que um mesmo problema seja tratado várias vezes de modo a se alcançar o conhecimento de possíveis uniformidades sociais. Deste modo, contrariamente ao que se pensa, a replicação de determinados estudos são extremamente úteis para a comunidade acadêmica ao possibilitarem um diálogo voltado ao avanço do conhecimento. E o princípio da intersubjetividade: vários pesquisadores, utilizando-se do mesmo instrumental metodológico, chegam às mesmas conclusões. Tal condição é vista como uma das exigências imprescindíveis do desenvolvimento científico.
- 3) Os problemas sociais exigem planos de trabalho que privilegiem investigação dinâmica (e não estática, tipo Censo) que ultrapassem à simples descrição dos mesmos.

Investigação social dinâmica

Contrariamente às concepções de que as sondagens pré-eleitorais ou não expressam de modo confiável o que uma população realmente pensa a respeito de um dado problema, ou, também, que eles apenas descrevem as idéias de uma população naquele dado momento, esta nova disciplina denominada **Estu-**

dos de Opinião Pública foi concebida por este grupo original como uma área de trabalho de amplo alcance e cujo objetivo preliminar é o de conhecer os processos pelos quais diversos segmentos da população pensam sobre a política, qual é o seu posicionamento em relação aos temas político-institucionais, sobre as ações legislativas e executivas, sobre os candidatos e campanhas. Em suma, o grupo que concebeu a obra “The People’s Choice” propunha-se a estudar a formação, as mudanças e a evolução da opinião pública no curso de uma campanha eleitoral.

Foi em 1940 que alguns destes cientistas sociais investigaram o desenvolvimento e os efeitos de uma campanha presidencial sobre os eleitores de uma cidade do estado de Ohio/Estados Unidos. Planejou-se um estudo tipo “Panel”, constituído por 600 entrevistados que foram inquiridos durante sete meses consecutivos. Estes indivíduos selecionados por uma amostra, foram separados entre àqueles que não modificavam sua opinião política durante o período e entre aqueles que mudavam a sua opinião. Os “mutantes”, tornaram-se o centro dos interesses. Após o estudo de suas características pessoais (variáveis de *background*), valores e atitudes individuais, procurava-se saber sobre as suas relações com outros indivíduos, o grau de exposição ao rádio e a imprensa. As mudanças operadas eram analisadas a luz destas características pessoais e relações inter-pessoais. O ponto central das preocupações era, pois, não a descrição das opiniões, mas a sua formação e evolução.

As três perguntas gerais relacionadas com a análise das mudanças de opinião eram as seguintes: que tipo de pessoas são mais predispostas às mudanças? quais as principais influências que operam favoravelmente às mudanças? em que direção se processam as mudanças de opinião? As respostas à tais questões, como pode-se depreender, são de grande importância principalmente se admitimos que tal conhecimento tornou-se de grande interesse para os usos aplicados na estruturação das estratégias de campanhas eleitorais.

As pesquisas desenvolvidas para responder à tais questões tiveram como tarefa primordial o entendimento dos mecanismos e processos que levam à que um grupo venha a adquirir atitudes comuns e similares uns em relação aos outros. Talvez esteja aí um passo importante no desenvolvimento desta área: Opinião Pública. Tal como discutiremos adiante, as pesquisas tratavam de reconhecer as características de uma coletividade que poderia então ser tomada como um sujeito, pensado como uma unidade, mesmo que internamente se apresentassem opiniões conflitantes (Wimmer, 1995).

As várias tarefas que denominavam-se de investigação dinâmica incluíam: o descobrimento das condições através das quais as atitudes e o comportamento estão susceptíveis à influência pessoal, o exame das circunstâncias nas quais as influências dos meios de comunicação de massa parecem produzir mudanças, usando-se para isto estudos qualitativos após as análises quantitativas. Todo este conjunto de preocupações levavam à responder outras questões tais como: entre os que mudavam suas opiniões políticas, qual era a direção destas mudanças? Elas seguiam uma pauta discernível de modo a ser possível identificar possíveis relações causais? As mudanças de atitudes e de opinião levariam à maior sustentação de opiniões futuras? Enfim, qual a natureza deste processo que levava a que grupos inteiros pudessem ser identificados como segmentos específicos de opinião e que também apresentavam maior consciência do processo político?

A continuidade das investigações dinâmicas levaram ao reconhecimento de, pelo menos, três funções: função de corroboração, por referência aos estudos que chegavam aos mesmos resultados, reiterando os achados de cada trabalho anterior; função de especificação, quando tornou-se possível falar que, se mantidas as mesmas condições de uma dada população analisada, as conclusões gerais serão as mesmas; e, enfim, a função de esclarecimento, por referência aos resultados que negavam conclusões anteriores e que poderiam ser esclarecidas nos estudos posteriores.

A continuidade da investigação social dinâmica levou à análise comparativa dinâmica que permitia que as conclusões sobre uniformidades estatísticas evoluíssem para conclusões de caráter teórico-propositiva. Tal como observava Robert K. Merton (Merton, 1968), em seu clássico artigo sobre a influência da pesquisa sobre a teoria e da teoria sobre a pesquisa, a análise comparativa dinâmica poderia chegar à reformulação da teoria. Estes estudos foram decisivos para mostrar, que muitas das posições políticas do eleitor americano são função de sua posição no grupo social, derrubando assim a imagem da opção eleitoral como opção racional entre duas ou mais alternativas de candidatos e programas. Mesmo que tais conclusões sejam hoje muito discutíveis, tais achados, naquela época prestaram enormes esclarecimentos aos possíveis condicionantes sociais do voto. O aperfeiçoamento metodológico e estatístico resultante destes estudos descortinaram uma enorme área de estudos e trabalhos acadêmicos, constituindo, à partir de então, uma área profissional nova, que supõe treinamento específico e muito especializado.

As pesquisas quantitativas e qualitativas nos trabalhos atuais

Os achados originais destes pesquisadores foram ganhando sofisticação crescente. Multiplicaram-se as orientações metodológicas, as técnicas de observação e análise de dados. Aos estudos quantitativos somaram-se os estudos qualitativos e o trabalho com dados empíricos nas ciências humanas passou a ser realidade incontestável. Na área eleitoral mais especificamente, no geral, podemos distinguir entre os trabalhos desenvolvidos pelos Institutos privados de Opinião Pública e as pesquisas de comportamento eleitoral levadas a cabo por estudiosos da área acadêmica.

Os Institutos privados realizam os seus trabalhos para clientes específicos e para aplicação imediata: servem, assim, a todos os candidatos, partidos, instituições governamentais e não-

-governamentais, às mídias, e todos os interessados em informações básicas que lhes sirvam de referência para o desenvolvimento de ações eficazes e estratégicas no campo da política. Como exemplo, poderíamos antes de mais nada nos referirmos às prévias eleitorais que, pelo menos um ano antes do início das campanhas eleitorais, desenvolvem estudos para se chegar àquilo que se denomina “conceito de campanha”. Trata-se de encontrar, nos vários estratos da população, um consenso sobre as características desejáveis de um candidato naquele momento, para aquelas eleições, especificamente. Como exemplo, poderíamos nos referir ao conceito de campanha encontrado pelos institutos para as eleições de 1992: honestidade e ética na política. Ou, para a campanha presidencial de 1995: honestidade, capacidade administrativa e política de estabilização da moeda. Como se pode depreender destes exemplos, o conceito de campanha é uma síntese dos sentimentos subjacentes ao eleitorado em um dado momento. Trata-se de um conceito precioso para todos os candidatos e prováveis candidatos. Tal como foi possível depreender na campanha presidencial de 1989, quando Collor encarnou eficientemente o conceito descoberto pelas pesquisas de punir os “marajás” a favor dos descamisados, tais conceitos ajudam muito nas campanhas, mas, obviamente, não são substitutos da ação política efetiva correspondente aos conteúdos que lhes compõem.

Além disto, o acompanhamento do desempenho dos candidatos nas campanhas eleitorais, constitui uma das fontes principais do trabalho dos institutos: basta, para tanto, um bom plano amostral (um excelente trabalho de estatístico especializado em amostragem), algumas questões que espelhem conteúdos de preferências dos eleitores, algumas variáveis de “back-ground” e, os números resultantes, preciosos para que os interessados, cheguem ao seu objetivo final. Um aperfeiçoamento introduzido nesta sistemática foi a introdução das pesquisas qualitativas preenchendo as informações quantitativas. Tal técnica mostrou-se de enorme utilidade para os profissionais da área da Comunica-

ção Política, que passaram a usar os dados na produção dos programas de rádio e televisão das campanhas eleitorais.

Relativamente às pesquisas de comportamento eleitoral desenvolvidas por pesquisadores acadêmicos, estas se aproximam daquelas denominadas “investigação social dinâmica”: seu objetivo é descobrir, minimamente, uniformidades sociais, que acumulativamente, possam vir a transformar-se em proposições de caráter teórico. O que diferencia estas pesquisas daquelas, dos institutos privados de opinião pública são várias coisas: o plano do trabalho que, obrigatoriamente, deve conter a problematização de uma questão a ser investigada, os conceitos centrais que são pertinentes ao problema, as formulações teóricas, a operacionalização dos conceitos com a indicação das variáveis que serão tomadas no trabalho de medição dos conceitos, ou como os principais indicadores serão combinados em índices. A questão amostral também toma um outro significado: a amostra deve refletir a complexidade da análise como, qual o número de valores que cada variável irá tomar e como cada variável será combinada com as outras, de modo tal, que haverá um determinado número de células em cada tabela que necessitará de um certo número de casos para que a análise se torne plausível. Se por exemplo, temos um pequeno número de casos em cada célula, a análise não será possível de ser realizada por insuficiência de informações. Esta questão e a visualização antecipada do plano de análise é a condição fundamental para se ter em mente quando se prepara o plano amostral.

As pesquisas qualitativas no campo das pesquisas pré-eleitorais são desenvolvidas por pesquisadores que se utilizam da técnica de formação de grupos homogêneos por referência a determinados segmentos da população acompanhando as suas percepções, valores e atitudes básicas que se encontram na base das preferências e opiniões políticas em um dado período eleitoral. São trabalhos que requerem enorme experiência e um treinamento ainda pouco desenvolvido entre os profissionais de nossa área profissional.

Seja qual for a linha de trabalho escolhida, pelos pesquisadores, é importante salientar que qualquer delas exige uma formação metodológica sólida e que, no geral, não têm sido parte dos currículos universitários. Tal como argumentaremos adiante, formar pesquisadores ultrapassa em muito o limiar das modestas disciplinas de “Métodos e Técnicas de Pesquisa” que as universidades incluem em um ou dois semestres, ao longo dos cursos de graduação. Não temos dúvida em afirmar que esta área profissional, que o mercado de trabalho sabe muito bem como recompensar, não está sendo objeto de formação e treinamento em nossas universidades, com raríssimas exceções. Quais seriam as possíveis razões que estariam na origem deste fato?

A formação do pesquisador: a “Teoria da Metodologia” como área disciplinar do conhecimento

Os problemas da área metodológica transcendem àquelas das áreas disciplinares tomadas isoladamente. Para qualquer área, Metodologia é a lógica do procedimento científico. Na área das Ciências Humanas, todo pesquisador deve conhecer a finalidade da pesquisa, os requisitos do sistema teórico do qual o problema de pesquisa é filiado e o caráter da inferência que se pretende. Tais observações nos parecem da maior pertinência devido ao fato que são poucos os acadêmicos que têm se preocupado em apontar e discutir os pressupostos metodológicos embutidos em cada campo teórico. Tomemos por exemplo, os que ensinam os conhecimentos da teoria marxista. Quantos se preocupam em ensinar também o método dialético que é a ferramenta de trabalho por excelência utilizada na obra? Ou, tratando-se da obra de Max Weber, no qual se utiliza o método histórico estrutural para as amplas análises realizadas? Todas as chamadas “grandes teorias” só foram possíveis de serem desenvolvidas porque se utilizaram de procedimentos metodológicos que são parte inerente do trabalho de acumulação de conhecimento, à partir de procedimentos metodológicos consensualmente reconhecidos por uma comunidade acadêmica.

Também é assim com as chamadas teorias de alcance médio. Estas, que não têm como finalidade explicações de largo alcance, mas em uma escala de 0 a 10 contentam-se com marcos explicativos que ficam entre 4 e 7, por exemplo, contudo, como nas “grandes teorias”, encontram-se embutidos procedimentos metodológicos que respeitam os critérios de cientificidade que lhes garantem o compartilhamento dos resultados em qualquer comunidade científica.

A formação de um pesquisador, portanto, inicia-se com os entendimentos do que é Ciência, o que são métodos científicos, quais são os princípios de cientificidade que a Lógica e a Filosofia da Ciência nos ensinam. O ponto de partida de uma pesquisa é sempre a colocação de um problema. Este, tanto mais será significativo, do ponto de vista da acumulação do conhecimento, quanto mais expressar uma preocupação que se liga a estudos anteriores e que, até àquele momento, os achados e inferências não conseguiram ultrapassar àquele ponto determinado. Neste sentido, os conhecimentos básicos de Metodologia nos dizem da importância de sabermos ligar o tema do trabalho com marcos teóricos mais amplos.

Toda problematização da realidade advém, portanto, de um diálogo com a bibliografia da qual o tema do trabalho é pertinente. O diálogo com os precursores do conhecimento naquela área é fundamental. É a partir deste princípio que garante-se que a pesquisa está intimamente relacionada com a teoria e que a teoria está todo o tempo relacionada com a pesquisa. No já mencionado trabalho de Robert K. Merton, ele nos mostra como a teoria influencia na pesquisa mostrando as alternativas e possibilidades de análise dos conceitos envolvidos no tema em estudo, nas interpretações contidas nos dados anteriormente sistematizados, fornecendo assim, a partir das várias atividades que estão contidas sob a denominação de “teoria”, insumos para que a pesquisa. O próprio Merton nos aponta que é muito diferente saber como testar hipóteses e saber a teoria da qual deriva a hipótese de trabalho.

A análise de conceitos é uma fase chave do trabalho teórico e que antecede o trabalho empírico. Conceitos são as definições e prescrições daquilo que será observado; a escolha dos conceitos que guiarão a coleta de dados e análises é a fase crucial para a pesquisa empírica. Se os conceitos selecionados não guardam relação entre eles, a pesquisa será estéril, não importa quão meticulosas sejam as observações e inferências. Queimar esta etapa no trabalho de pesquisa é cair naquilo que se denomina de interpretações "post-factum", ou seja, os dados são coletados e só então sujeitos às análises interpretativas. Em palavras claras significa que todas as interpretações são possíveis, pois, elas são simplesmente interpretações "ad hoc", um trabalho que não nos leva muito longe em termos de acumulação do conhecimento.

Se podemos definir teoria como um conjunto de hipóteses que guardam, mutuamente, relação de implicação, as hipóteses antecipam relações sobre os acontecimentos e são estruturadas à partir de conceitos teóricos. Como se pode depreender, conceitos são centros nevrálgicos de qualquer pesquisa. Eles são abstrações da realidade, são palavras-sínteses que se referem à uma multiplicidade de manifestações do fenômeno que se quer observar. Tomemos como exemplo o conceito de participação política. As teorias de participação política são inúmeras e, no geral, procuram explicar por que e, como algumas pessoas se tornam envolvidas na política.

Sabemos que são muitas as formas através das quais a participação política se manifesta, tais como, assistir aos debates políticos, pelos meios de comunicação de massa, envolver-se nas campanhas ajudando candidatos, ser membro de diretórios de partidos políticos e ajudar nas atividades dos partidos, fazer parte de grupos radicais voltados à mudanças profundas na sociedade, ser membro de organizações sindicais, associações diversas com fins políticos, etc, enfim, podemos apontar tantas outras mais atividades sob a denominação de participação política. Pelos exemplos anteriores, vemos que a definição do conceito é uma tarefa a ser empreendida anteriormente ao trabalho

de observação ou plano de coleta de dados. Tal como nos mostra Hubert M. Blalock, os conceitos são a ponte entre o nível teórico e operacional. Por isto, em consonância com a teoria à qual nos filiamos, os conceitos devem ser antes definidos tanto teoricamente, quanto operacionalmente.

A definição teórica de um conceito é um trabalho de preenchimento do conteúdo do significado que o termo assumirá no curso daquele trabalho. Quanto mais claro for este conteúdo, tanto mais explícitas as referências teóricas tomadas, tanto menores serão as possibilidades de que estes conteúdos não sejam tomados de modo distinto daquele pretendido pelo pesquisador. Nada melhor do que, portanto, dedicarmos uma boa parte do nosso trabalho à esta tarefa de esclarecimento teórico da dimensão ou conceito que estamos trabalhando. A definição operacional, por seu lado, é uma explicitação das referências empíricas que serão tomadas como indicadores da manifestação daquele conceito. Se tais manifestações empíricas são, em princípio, infinitas, pois o range das manifestações dos fenômenos são por demais amplos, é fundamental tornar claro quais são as manifestações às quais estamos nos referindo.

É a partir da definição operacional dos conceitos que passamos a visualizar quais as tarefas de observação e coleta de dados que teremos de nos dedicar, ou seja, quais os indicadores e variáveis que serão tomados como manifestação daquele conceito. Indicadores são um conjunto de variáveis que poderão ser combinadas das mais diferentes formas na análise do conceito em questão. As variáveis são dimensões ou características parciais do conceito e que podem tomar valores conforme a designação dada pelo pesquisador. O trabalho com os conceitos segue os princípios dos vários e possíveis níveis de mensuração. Os níveis de medida podem ser: nominal (ou apenas classificatório), ordinal (possível um certo ordenamento dos valores) ou de intervalo (quando se torna possível dizer qual a distância entre um valor e outro, daqueles estabelecidos. Tal diferenciação é que garante que o trabalho de análise dos dados

será realizado sob princípios interpretativos adequados, pois, particularmente nas análises quantitativas, não se pode aplicar coeficientes de interpretação além daqueles possíveis e em conformidade com os níveis de medida.

A pesquisa, por seu lado, influi sobre a teoria: inicia, reformula, esclarece a teoria, através de vários processos. Os dados imprevistos que surgem no curso do trabalho (fator "serindipidade"), os novos dados exercem pressão para a elaboração de novos esquemas conceituais, há reenfoque do interesse teórico, e o esclarecimento conceitual vem como decorrência. Em suma, teoria e dados são partes intrínsecas e inseparáveis do processo de investigação. Este é o ponto de partida para a formação metodológica mais ampla.

O campo de formação do pesquisador abre-se para um sem número de habilidades altamente profissionais que teremos de adquirir. Como exemplo, é muito diferente saber as técnicas de interpretação de material da pesquisa qualitativa ou do material coletado nas pesquisas quantitativas. As análises qualitativas dos dados seguem inúmeros caminhos muito dos quais denominam-se de "análises de conteúdo", "análises de discursos", etc. As análises quantitativas, por seu lado, seguem o caminho das estatísticas sociais, com um amplo arsenal de variadas técnicas e que exige um cuidadoso trabalho de formação. Sem dúvida, entre nós, em nossas universidades, não podemos falar da existência nem da chamada "cultura metodológica", nem da formação apropriada nas técnicas quantitativas de análise. Sem sombra de dúvida, há, por detrás desta realidade um veto ideológico que marcou até agora a nossa formação acadêmica: saber técnicas quantitativas de análise pode ser confundido com positivismo e, portanto, com o lado ultra conservador das Ciências Sociais. Sequer chegou-se a desenvolver um debate sério sobre a enorme necessidade do conhecimento das técnicas quantitativas de análise pela simples razão de que há problemas de pesquisa que só podem ser tratados sob tal perspectiva. Negar tal realidade é minimamente temerário e não se pode levar mui-

to a sério este posicionamento ideologizado diante da formação mais ampla de um verdadeiro pesquisador.

No campo das empresas privadas que tratam de realizar sondagens e prévias eleitorais já é comum a interação de dados quantitativos / dados qualitativos. Como apontávamos anteriormente, as prévias eleitorais fornecem o material quantitativo, identificam segmentos da população caracterizados como “grupos homogêneos”. Com algumas hipóteses de trabalho e roteiro flexível para condução das discussões em grupo, a investigação qualitativa é desenvolvida para esclarecer razões e significados de dados que a análise quantitativa diagnosticou. Em um exemplo que nos foi dado por uma experiente pesquisadora de empresas privadas, Fátima Pacheco Jordão, nas eleições de 1994, nos trabalhos com grupos das classes C e D na região da Grande São Paulo, foram levantadas e testadas algumas hipóteses de enorme relevância tais como: estaria ocorrendo a expansão do sentimento de cidadania com a expansão do consumo das classes mais baixas que o Plano Real possibilitou. E, também, foi possível observar que ocorreu um processo recente, o qual poderá ser denominado de “pedagogia da corrupção” através do qual resultou maior racionalidade e maior informação política dos segmentos menos privilegiados da sociedade. Levantou-se uma associação entre crise política e corrupção, entendendo-se que a corrupção leva a um baixo nível de atendimento dos serviços públicos. Além disto, foi possível chegar à outras propostas importantes: a honestidade dos políticos deveria vir associada com competência na gestão pública; não há saídas salvadoras para o estado atual de dificuldades sociais, e, ainda, que os partidos políticos, no geral ofereçam um discurso que de algum modo está em muito distanciado do grau de entendimento atual da política, que tem hoje, este segmento da população.

Se o exemplo anterior, como foi firmado, refere-se ao campo dos institutos e empresas privadas, no campo acadêmico tal casamento ainda está longe de ser efetuado. Talvez porque no caso das pesquisas eleitorais, o dinheiro aplicado nas pesquisas

tem necessidade de retorno imediato: ganhar eleições é realmente um grande motivo para a eficácia do trabalho desenvolvido. As parcerias multiplicam-se e, tal como comentaremos adiante, a própria relação das pesquisas com as mídias é hoje uma realidade, configurando não só uma realidade política inegável como, também, uma área profissional de grandes recursos financeiros. O desafio é saber porque os cursos universitários ainda não se instrumentalizaram suficientemente para investir na formação destes profissionais que, entre os existentes no mercado de trabalho, nada têm a reclamar, nem das oportunidades profissionais e, tão pouco da remuneração oferecida.

Opinião pública, mídias, estratégias de campanha e a questão ética

Inegável é o fato de que o desenvolvimento das pesquisas na área acadêmica foi um grande achado para a área da pesquisa aplicada, particularmente, no campo eleitoral. As pesquisas de comportamento político sucederam-se às sondagens que se popularizaram enormemente por sua estrita relação com as mídias. Chega-se mesmo a afirmar que as pesquisas de opinião pública, a comunicação política através das mídias e a política guardam hoje uma relação sistêmica impossível de ser desconectada. A própria idéia de representação política deveria assim ser rediscutida quando as mídias juntamente com as sondagens passaram a fazer parte integrante da política (Wolton e Touraine). A noção de estratégia no campo eleitoral assumiu o conhecimento da opinião pública como a base de sua ação. Conhecer as opiniões e depois agir a partir delas. Ou, conhecer as opiniões e oferecê-las ao público sob variadas interpretações, tal como o faz a mídia. Em qualquer dos processos encontra-se a ação estratégica.

A estratégia, para ser bem sucedida, terá de sobrepor-se à ética. A estratégia, levada ao extremo, quebra com a ética, no campo da disputa entre grupos políticos. Os estrategistas de campanha, entre os quais encontram-se os pesquisadores da área

eleitoral, têm de lidar com o paradoxo seguinte: a estratégia precisa da ética. Como proceder?

O campo de conhecimento e de informações que nos oferecem as pesquisas é muito amplo. Os que se utilizam destas informações para atingir seus objetivos atuam em um campo de enorme racionalidade. São inúmeros os exemplos de como as sondagens juntamente com as mídias produziram fatos, nem sempre correspondentes às realidades de referência. Para não cairmos no velho exemplo de Collor, lembremo-nos do caso Saddam Hussein, imagem cuidadosamente construída como o de um homem anti-ético. Uma vez que isto ocorra, é muito difícil mudar a situação.

É aqui que cabe toda a discussão da questão ética no uso destes poderosos instrumentos. As regras básicas da ética são fundamentais e universais e dizem respeito à conservação do homem e de seu sistema social. De um ponto de vista estrito, a ética tem a ver com o respeito à estas normas (as da “boa vida”: auto-respeito e respeito mútuo). São limites muito finos e que estão presentes em maior ou menor medida neste amplo campo de trabalho. O quanto estes limites têm sido respeitados é uma discussão de enormes dimensões, pois têm nelas embutidas, desde os usos e abusos que são feitos dos dados como, em termos estruturais, leva à discussão da própria questão democrática (Pratkanis, A. 1991, Lasswell, H. 1941, Elkins, David, 1993, Wimmer, 1995, entre outros). Mas, é inegável que este é um processo irreversível. A realidade das pesquisas de opinião pública através das sondagens, do uso que delas fazem toda a rede da comunicação política através das mídias, em íntima relação com o processo político, tal relação só será alterada quando outra realidade na área comunicacional se impuser como já se impõe para alguns países desenvolvidos e para uma pequena parcela da população brasileira. Por agora, podemos apenas apontar as mudanças em curso, lado a lado com o fato indiscutível que não é por acaso que a maioria dos parlamentares, políticos, de um modo geral, instituições governamentais e não governamentais,

todos se utilizam das sondagens e das mídias como parte inerente da sua estratégia de trabalho. A questão democrática, neste sentido, toma um outro patamar de discussão.

Opinião pública e o processo democrático

O debate sobre os usos e abusos dos dados das pesquisas de opinião pública passa, inevitavelmente, pela discussão do quanto tais resultados são significativos, e expressam a realidade das opiniões individuais e, em que medida, a partir deles pode-se levar adiante as estratégias de ação política. A nosso ver, este clima de desconfiança refere-se à questões muito mais extensas. Entre elas citaríamos as inúmeras discussões em torno da legitimidade dos dados das pesquisas de opinião pública e, em que medida são relevantes, para o desenvolvimento das teorias macropolíticas. Será mesmo possível estabelecer uma relação entre atitudes e comportamento de coletividades e fatos políticos significativos? Comentando esta última colocação Sidney Verba (1970), afirmava: “as pesquisas são irrelevantes porque o foco das pesquisas recai sobre os indivíduos tomados como unidade de análise”. Ou, se se quer formular a questão de outro modo: “Como é que a soma das opiniões individuais assim como são determinadas pelas pesquisas de opinião pública podem ser transferidas para uma entidade chamada Opinião Pública?”

A conhecida pesquisadora alemã Elizabeth Noelle-Neumann(1984) em seu clássico trabalho “The spiral of silence: public opinion, our social skin” assim responde: “discordo dos referidos enfoques. Não é porque os indivíduos sejam tomados como unidades de análise que isto se encontra relacionado com a impossibilidade do desenvolvimento teórico. Na verdade, o que ocorre é que, as pesquisas tipo “survey” negligenciam a natureza social do indivíduo. Assim as questões são formuladas do seguinte modo: “O senhor é a favor ou contra....? Você se interessa...? Você prefere...” no lugar de serem formuladas, levando-se em conta o clima de opinião reinante em um certo momento político-eleitoral. As formulações então poderiam ser: “O que o

Sr(a) acha que as pessoas pensam a respeito de...? Quem o Sr(a) acha que está ganhando? O que o Sr(a) discute com seus amigos...? O que acha que realmente está sendo discutido e que tem relevância para os nossos problemas...?” As questões assim formuladas orientam-se para uma referência social das opiniões e, portanto, leva em conta a natureza social dos indivíduos. O pressuposto é o de que existe uma real interação entre as pessoas nos vários ambientes (familiar, de trabalho, de lazer, relações com os amigos, etc) e que em todos estes espaços há uma contínua observação do clima geral do que está ocorrendo”. Na verdade, a proposição da referida autora é a de que o significado da opinião pública deve ser procurado no modo como ela faz parte de um sub-sistema, do sistema político mais amplo, um fato que tornou-se realidade particularmente, depois da Segunda Guerra quando as novas tecnologias de comunicação promoveram a emergência de temas públicos como parte integrante do cotidiano dos cidadãos.

Apenas como observação adicional, relembremos que a história da opinião pública começa com a invenção da imprensa escrita. A proliferação de livros na vida pessoal também correu para que se expandisse aquilo que poderia se chamar de “o campo da memória externa” (Wimmer, 1995). Ou, como aponta Giddens, “... a partir de então ocorreu a construção do *self* como um projeto reflexivo” que tornou-se parte da reflexividade da modernidade. Fundamental, portanto, observar que, será necessário um mínimo de escolaridade para que a ocorrência destas opiniões se estruturam, questão altamente polêmica, quanto mais se pensa que “há muito mais opinião pública em certos rincões do que outros” como nos ensina Fábio Wanderley Reis. Este mesmo autor, lembrando um proeminente político mineiro, Milton Soares Campos, nos aponta uma verdade inquestionável: “a opinião pública não se confunde com o eleitorado”. Modernidade, reflexividade, educação formal, participação, todos estes processos estão embutidos na velha discussão do que realmente é este campo denominado opinião pública e o quanto ele influi no processo democrático.

Este aspecto, tal como nos aponta novamente Hannes Wimmer, muito embora não se tenha dados suficientes, supõe-se que a esfera ampla da comunicação da opinião pública expandiu-se durante a segunda metade do século XVIII, quando ocorria a diferenciação funcional da sociedade e diferentes “públicos” passaram a existir: um público especial na esfera religiosa, no setor econômico, no campo científico, em política. A diversidade dos temas discutidos foi progressivamente se ampliando a ponto de hoje se colocar uma questão muito importante para a pesquisa, qual seja o número dos temas públicos em discussão, por exemplo, no âmbito do legislativo. Ao respondermos esta questão veremos que é um fato inegável o que Wimmer chama de “aceleração da opinião pública” pois os temas públicos são propostos por vários atores, tais como os membros dos vários legislativos, os políticos locais, os grupos de interesses, os jornalistas, os Ministros em suas várias pastas, e outros interessados na arena pública. Quem quer que esteja interessado no levantamento do número dos temas em discussão poderá se surpreender pelo extensivo número dos mesmos. Quantos deles chegam ao centro das discussões da população cotidianamente? Sem dúvida há uma seletividade feita pelo próprio público que toma apenas alguns deles conforme o seu próprio discernimento e interesse pessoal.

Outra questão importante é o quanto a participação e discussão de temas públicos são coisas importantes para o processo democrático? Se há qualquer relação entre estas dimensões, relação esta que não trataremos aqui, contudo, não se pode deixar de observar que há um processo em curso particularmente no segmento mais educado da população que é a adesão à uma sofisticação tecnológica progressiva com a introdução de novas mídias, tais como o uso de televisão a cabo, vídeos cassetes, programas especiais para os computadores individuais, enfim, um processo que está levando à mudanças no estilo de vida, introduzindo muito maior individualismo no cotidiano dos cidadãos. Como possível consequência, tal como nos aponta Ruy Teixeira (1993) citado por Wimmer, “... podemos falar de um

processo de desconexão dos indivíduos com os temas mais amplos à partir da introdução das mídias modernas no cotidiano dos cidadãos levando a um relativo enfraquecimento dos compromissos a nível individual. Tal desconexão torna as eleições e o processo eleitoral menos significativo para os eleitores, na medida em que o individualismo resultante enfraquece as motivações para o voto... Se antes poderíamos falar de um centro político, ao que tudo indica, este centro está se fragmentando, o que leva a um desinteresse geral pela política. Na verdade presenciaremos um processo de periferização da política”

Finalizaríamos afirmando que não basta aos estudiosos da ciência política e, mais particularmente, aos que se voltam para as pesquisas de comportamento eleitoral darem conta do enorme desafio que é o entendimento, de como a política e o processo político são processados nas camadas menos escolarizadas da sociedade, nas quais são enormes as dificuldades de entendimento da relação do que se passa entre o seu voto e o desempenho dos profissionais da política. Por tratar-se de um processo de avaliação cognitiva é que se desenvolve com a escolaridade formal, ou algum outro processo de socialização política, são vários os autores que apontam que esta é uma condição de “periferia política” definida a partir das condições de existência. Agora, temos de nos colocarmos diante do desafio de sabermos o quanto os mais centrais, os mais informados, também se desconectam da cadeia de informações políticas, pelo simples fato de que a corrente à qual se conecta, é parte de um mundo global e sem fronteiras, relativizando assim a importância do que se passa no estrito espaço territorial de um país, por mais largo e continental que ele seja, como é o nosso.

Referências bibliográficas

- LAZARSFELD, P, BERELSON, B, GAUDET, H. The People's Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York : Columbia University Press, 1948.
- MERTON, R.K. Social Theory and Social Structure. New York : Free Press, 1968.
- PRATKANIS, A. Age of Propaganda: the everyday use and abuse of persuasion. New York : W.H. FREEMAN, 1991.
- LIPPMAN, W. Public Opinion. New York : Harcourt, Brace and Company. 1922.
- BLALOCK, Hubert M. Social Statistics. New York : McGraw Hill, 1979.
- BLALOCK, H. M. and Blalock, A. Introduction to Social Research. Englewood Cliffs. N. J.: Prentice Hall, 1982.
- LASSWELL, Harold. Democracy through public opinion. George Banta publishing company, 1941.
- NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. The spiral of silence: public opinion, our social skin. Chicago : University Press, 1984.
- WIMMER, Hans. The Acceleration of Public Opinion and the Democratic Process. Paper apresentado no Segundo Diálogo sobre Democracia. Viena : Instituto para Estudos Avançados. Nov. 1995.